



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ORAL

Desenvolvimento sustentável do Fundo de Segurança Social

Segundo as “Projeções da População de Macau 2022-2041”, o ritmo do envelhecimento populacional vai acelerar, e segundo as previsões, até 2041, a população idosa vai chegar às 164 400 pessoas, quase o dobro das 83 200 em 2021. A taxa de natalidade continua a diminuir, logo, vai haver uma redução gradual da população activa, que é a fonte das contribuições para o Fundo de Segurança Social (FSS), e o montante das diversas prestações também vai aumentar tendo em conta o desenvolvimento socioeconómico, portanto, o Fundo vai enfrentar uma pressão cada vez mais pesada no respeitante ao pagamento das prestações.

As principais fontes das receitas do FSS são as contribuições do jogo, 1% da comparticipação das receitas correntes do orçamento geral de cada ano, 3% do saldo de execução do orçamento central, as contribuições dos beneficiários, a taxa de contratação de trabalhadores não residentes e o rendimento dos investimentos do próprio Fundo. As contribuições do jogo e as dotações financeiras têm sido sempre as mais importantes, e as contribuições dos beneficiários têm ocupado apenas uma pequena parte. Nos últimos anos, devido ao impacto da epidemia, a economia caiu e o Governo teve orçamentos deficitários durante anos consecutivos, o que resultou numa redução significativa das contribuições do jogo, da comparticipação de 1% e da dotação do saldo de execução do orçamento central. Por exemplo, as



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

contribuições do jogo e a comparticipação de 1% desceram de 5 mil e 16 milhões e de mil 233 milhões em 2019 para 787 milhões e 340 milhões em 2022, respectivamente, e a dotação de 3% do saldo da execução do orçamento central também desceu de mil 616 milhões em 2020 para 102 milhões em 2022, além disso, as contribuições dos beneficiários e a taxa de contratação de trabalhadores não residentes têm diminuído nos últimos anos. Isto resultou numa redução significativa das receitas do FSS, que em 2022 foram de 2 mil e 820 milhões, enquanto as despesas atingiram 13 mil 950 milhões. Mesmo sem contabilizar as perdas dos investimentos, as despesas ainda atingem 6 mil e 243 milhões, um valor muito superior ao das receitas.

As receitas do FSS dependem excessivamente das dotações do Governo, o que não favorece o seu desenvolvimento saudável e sustentável, portanto, é necessário melhorar a estrutura das receitas. Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

Primeiro: O FSS efectuou vários estudos actuariais sobre a sua situação financeira, mas perante a alteração significativa da estrutura etária da população de Macau e a nova situação económica, vai ter de realizar, oportunamente, novos estudos actuariais. Quando é que o FSS vai fazer isto?

Segundo: O conceito de “construção e partilha conjunta” no âmbito da segurança social ainda não é amplamente aceite pela sociedade. Como é que o FSS vai reforçar a divulgação deste conceito, para elevar a consciência da sociedade



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

sobre a assunção conjunta das responsabilidades inerentes à segurança social? De que planos dispõe o FSS para a criação do mecanismo de “assunção conjunta de responsabilidades, e construção e partilha conjunta”?

Terceiro: No relatório de avaliação sobre o “Regime de previdência central não obrigatório”, propõe-se ao Governo a fixação de um período de observação de 3 anos, entre 2021 e 2023, e a elaboração, tendo em conta a situação da recuperação económica, de duas propostas com um período de preparação de 5 e 7 anos, para a implementação do regime de previdência central obrigatório em 2026 ou 2028. Segundo afirmações recentes do FSS, este incumbiu uma instituição de ensino superior dum balanço sobre a situação de recuperação da economia durante o período de observação de três anos, e segundo as previsões, o relatório final será concluído até ao final deste ano. Para além do balanço sobre os três anos de observação, o FSS vai actualizar o relatório de avaliação sobre o “Regime de previdência central não obrigatório”? Vai estudar e avaliar novamente o prazo para a implementação do regime de previdência central obrigatório?

5 de Julho de 2024

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Lei Chan U